



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADM. PENITENCIÁRIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO – CAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 004/2015 – CBMGO

Processo n.: 2015.0001.1000.012

Órgão/Gerenciador: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP N. 003/2015.

Fornecedor (es): Comercial Morbras LTDA, CNPJ.: 05.312.963/0001-44; Comercial e Distribuidora Piancó EIRELI-ME, CNPJ.: 21.668.414/0001-63 e Movetec Indústria e Comércio de Móveis EIRELI –EPP, CNPJ.: 07.165.304/0001-58.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de armário, colchão e beliche, conforme o Anexo I do Edital n. 003/2015 - CBMGO.

Itens e Valor Unitário:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARMÁRIO, COLCHÃO E BELICHE.					
ITEM	DETALHAMENTO	Fornecedor/CNPJ	Quant.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Armário Tipo Roupeiro	Comercial Morbras LTDA, CNPJ.: 05.312.963/0001-44	1500	485,95	728.925,00
02	Colchão com Capa	Comercial e Distribuidora Piancó EIRELI-ME, CNPJ.: 21.668.414/0001-63	1500	228,95	343.425,00
03	Beliches	Movetec Indústria e Comércio de Móveis EIRELI –EPP, CNPJ.: 07.165.304/0001-58	600	630,00	378.000,00

Vigência: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás. Durante seu prazo de validade as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

Validade da Ata: 28/07/2015 a 27/07/2016.

Gabinete do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, em Goiânia, 28 de julho de 2015.

Carlos Helbingen Júnior – CEL QOC
Comandante Geral do CBMGO

POLÍCIA MILITAR

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
POLÍCIA MILITAR / COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO E
TECNOL. INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016

Processo: 201600002000176
Solicitante: Polícia Militar do Estado de Goiás
Estado de Goiás através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSP/GO e da Polícia Militar – PM/GO
Contratante: Companhia Brasileira de Cartuchos (CNPJ: 57.494.031/0010-54)
Contratada: Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016
Modalidade Licitação: Aquisição de munições para atividades operacionais da PM-GO
Objeto: R\$ 3.080.140,00 (três milhões oitenta mil cento e quarenta reais)
Valor contratado: 12 (doze) meses, contados a partir de sua outorga pelo Procurador do Estado Chefe da Advocacia Setorial, com eficácia condicionada à sua publicação no Diário Oficial do Estado.
Vigência: Fonte 00 – Tesouro Estadual 26/04/2016
Recurso: As partes ficam sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 17.928/2012 e demais legislações e normas pertinentes.
Data da Outorga: 26/04/2016
Sujeição à legislação vigente:

José Eliton de Figuerêdo Júnior
Secretário

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Celg



CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO
AVISO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PR-CPL 2.0007/15-GT

A Comissão Especial de Licitação da Celg Geração e Transmissão, designada pela portaria nº 44/15 de 10/12/2015,

no uso de suas atribuições, e após análise da documentação referente a Licitação em epígrafe, informa que foi **HABILITADA** a empresa:

• **PLANAIR CONSTRUTORA LTDA - ME / CNPJ: 09.031.310/0001-48;**

A empresa citada foi única participante e absteve-se do direito de interpor recurso. Portanto, a data de abertura do envelope nº2. (Proposta técnica), ficará marcada para o dia 03/05/2016 às 10h (horário de Brasília).

Comissão Permanente de Licitação

Codego

PORTARIA Nº 056 /2016-PRES.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Considerando a importância de implantar processo de avaliação de documentos, visando à elaboração de tabela de temporalidade dos documentos mantidos nos arquivos desta Companhia;

Considerando o art. 6º da Lei nº 16.226, de 8 de abril de 2008, que dispõe sobre arquivos públicos no âmbito do Estado de Goiás;

Considerando a necessidade de reduzir o mínimo essencial a documentação acumulada nos arquivos, sem prejuízo da salvaguarda dos atos administrativos, constituidos e extintos de direito, das informações indispensáveis ao processo decisório e a preservação da memória histórica;

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 04/2013, de 14 de março de 2013, expedida pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás – DOE – de 22/03/13, alterada pela IN nº 06/2014;

Considerando as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012, que dispõem sobre procedimentos para garantia do acesso à informação;

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, no âmbito da CODEGO visando a aplicação do procedimento de avaliação dos documentos de arquivo e a elaboração da tabela de temporalidade, que será composta pelos servidores Daleth Aline Alves, portadora do CPF nº 022.334.351-09, Rafael Rezende Mendonça, portador do CPF 028.659.601-61, Leandro Fernandes Moraes Perilo, portador do CPF 008.691.881-86, Dormelino Manoel Alves, portador do CPF 021.592.441-04 e Gelson Luis Vaccaro Lemos do Prado, portador do CPF 022.715.289-17, a ser presidida pelo primeiro.

§ 1º A CADA, comissão multidisciplinar é integrada por representantes das áreas administrativa, financeira, jurídica, secretaria geral, arquivo e um detentor do conhecimento que tratam os documentos objeto da avaliação.

§ 2º As atividades desenvolvidas pelos integrantes da CADA são consideradas serviço público relevante e não ensejará remuneração de

qualquer espécie, sendo prestadas sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos ou funções de cada membro.

Art. 2º – Compete a CADA:

I. Elaborar propostas de tabela de temporalidade;

II. Orientar e executar as decisões registradas na tabela (eliminação, transferência e recolhimento);

III. Supervisionar a eliminação de documentos;

IV. Propor critérios de organização, racionalização e controle da gestão de documentos e arquivos.

Art. 3º – Ficam estabelecidos os critérios para aplicação da tabela de temporalidade de documentos, com vistas à eliminação, mediante requisitos:

I. Listagem de Eliminação de Documentos elaborada pela equipe que procederá a identificação dos documentos avaliados com anuência da CADA;

II. Ata da Comissão aprovando a listagem da documentação analisada;

III. Memorando da CADA ao titular da CODEGO solicitando autorização para eliminar documentos;

IV. Edital de ciência de eliminação de documentos para dar publicidade do ato de eliminação dos documentos públicos no Diário Oficial do Estado de Goiás, com a devida autorização do titular da CODEGO;

V. Termo de Eliminação de Documentos, que registra as informações relativas ao ato de eliminação, de acordo com a orientação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Resolução nº 7, de 20/05/1997;

§ 1º A Listagem de Eliminação de Documentos e o Termo de Eliminação de Documentos serão disponibilizados no site da CODEGO.

§ 2º O Edital de Ciência e Eliminação de Documentos consignará o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para manifestação dos interessados.

Art. 4º – Compete, ainda, a CADA prestar assistência técnica ao Arquivo Geral, que tem a responsabilidade de zelar pela guarda, conservação e controle de documentos intermediários que estão sob a sua custódia.

Art. 5º – Para todos os efeitos relacionados aos trabalhos a serem desenvolvidos pela CADA entende-se:

I – Classificação é um método de organização dos documentos de arquivo que considera a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções, sendo que os mesmos recebem códigos numéricos, que refletem a hierarquia funcional do órgão;

II – Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD: instrumento resultante do processo de avaliação e aprovada por autoridade competente, que define prazos de guarda em razão dos valores administrativos, legais, jurídicos, estabelecendo a guarda permanente ou sua eliminação;

III – Avaliação documental é um trabalho interdisciplinar que consiste em analisar o ciclo de vida dos documentos, atribuir valores (administrativos, legais, fiscais, técnicos e culturais) e definir prazos de guarda;

IV – Transferência é a passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário, onde aguardarão sua destinação final, ou seja, eliminação de recolhimento para a guarda permanente;

V – Eliminação de documentos é um processo resultante da avaliação que tiveram o prazo e valor esgotado para utilização e também guarda permanente;

VI – Termo de Eliminação de Documentos, o instrumento que identifica informações relativas ao ato de eliminação;

VII – Listagem de Eliminação de Documentos, o registro das informações pertinentes aos documentos a serem eliminados;

VIII – Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, o instrumento que dá publicidade, no Diário Oficial do Estado, ao ato de eliminação dos acervos documentais.

Art. 6º – São atribuições da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, além das previstas anteriormente, o disposto no art. 8º da Instrução Normativa nº 04/2013.

Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO, em Goiânia-GO, aos 26 dias do mês de abril de 2016.

Julio Cezar Vaz de Melo
Presidente

RELATÓRIO DE DIRETORIA

Senhores acionistas e autoridades, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. Os relatórios e quadros constantes das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2015, da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO**, de acordo com a Legislação Societária. Fazemos isso com o objetivo não apenas de cumprir as determinações legais e estatutárias, mas também de prestar maiores informações sobre o desenvolvimento da companhia.

Goiânia, 19 de abril de 2016.

Julio Cezar Vaz de Melo
Presidente

HERMAN OLIVEIRA DA SILVA
Diretor Técnico

RAUL JOTA DOS SANTOS
Diretor Administrativo



Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, CNPJ - 01.285.170/0001-22, realizada no dia 25/04/2016. NIRE 523000062-9.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 10:00 (dez) horas, na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, localizada na Avenida 85 nº 1593, Quadra 231, Lotes 17/18, Sala 205, Esquina com Alameda Ricardo Paranhos - Setor Marista - Goiânia - CEP-74.160.010, nesta Capital, atendendo a convocação do Sr. Presidente, feita na forma legal, reuniu-se o Conselho Fiscal, para apreciar e deliberar sobre a matéria constante da pauta. Face a ausência do Senhor Presidente do Conselho, Sr. Luiz Antônio Faustino Maronezi, assumiu a Presidência da mesa o Membro Suplente Sr. Luiz César Kimura, não havendo qualquer manifestação contrária a presente indicação. Compareceram também os Membros do Conselho Fiscal da CODEGO, os Senhores Charlie Antônio Gomes e Rogério Tavares Félix de Sousa. Iniciando a reunião o Sr. Presidente convidou a mim, Leonardo Odair Sanches Borges, para secretariar os trabalhos. Em seguida, após a verificação da existência de quorum mínimo exigido, foi feita a leitura da pauta da Convocação da Reunião, na qual consta o seguinte: Ordem do Dia: a) - Examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar. Com relação à alínea "a)" constante da pauta da Reunião, os membros do Conselho Fiscal tendo examinado o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, constataram a correção de todos esses documentos, observadas apenas as ressalvas apresentadas pela BRAVO'S Auditores Independentes SS, CRC - GO 1818/O-8 - Marcelo Alejandro Galindo Bravo Contador CRC-GO 015750/O-4-CNAI 3856, nos termos do Relatório dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Financeiras parte integrante desta ata, não havendo qualquer impedimento legal para aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém manifestou o desejo de usá-la agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente reunião, do que, para constar, lavra-se a presente Ata que, uma vez lida, achada conforme e aprovada vai assinada pelo Presidente e Membros do Conselho Fiscal e por mim, Leonardo Odair Sanches Borges, Secretário designado, que a lavrei e subscrevo. Goiânia, 25 de Abril de 2016. Ass. Membro Suplente do Conselho Fiscal, Luiz César Kimura e Membros do Conselho Fiscal, Charlie Antônio Gomes e Rogério Tavares Félix de Sousa e Secretário Leonardo Odair Sanches Borges.

Luiz César Kimura
MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL DA CODEGO

Charlie Antônio Gomes
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Rogério Tavares Félix de Sousa
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Leonardo Odair Sanches Borges
SECRETÁRIO AD-HOC

O presente traslado é cópia fiel do texto transcrito no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO
Goiânia - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável a fim de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para Opinião com Ressalva sobre Demonstrações Individuais

- No ativo circulante, em **Cientes a Receber** (nota 5), a Companhia apresenta R\$ 15,70 milhões de saldo em 31/12/2015, dos quais R\$ 11,79 milhões estão em atraso, e deste valor 98% se refere a um único cliente (Saneago) e para o qual foi estimada perdas com crédito de liquidação duvidosa apenas para operações que possuam mais de 360 dias de atraso no valor aproximado de R\$ 716 mil o qual entendemos não refletir a real estimativa de perda esperada. De acordo com o CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) somente as perdas incorridas devem ser objeto de reconhecimento como despesas e, neste caso, a inadimplência já existente, com atrasos além do normal já ocorridos e cujo cliente se tem notícias que possui inadimplência junto a outras entidades, são indícios de eventos objetivos que caracteriza uma perda incorrida e que a norma determina a necessidade de mensuração dessa perda a fim de apresentar a estimativa do valor recuperável do Crédito (Clientes a Receber) ao seu real valor que se espera desse ativo, ajustado ao valor que realmente se tem a expectativa de ser recebido. Com base nas evidências de auditoria obtidas não há expectativa de que esses valores (R\$ 11,6 milhões) serão realizados nos próximos 12, havendo, inicialmente a necessidade de reclassificar esses créditos em atraso para o ativo não circulante e todas as demais operações realizadas com o mesmo cliente devem seguir a mesma política de registro no não circulante, haja vista que tanto a Companhia que reporta a informação como o cliente (Saneago) são partes relacionadas sob controle do Estado, conforme nota explicativa número 23. Devido ao prazo em que se espera que os benefícios econômicos originados de tais operações fluam para a entidade, há a necessidade de aplicação do AVP - Ajuste a Valor Presente, resultando no valor líquido realizável, haja vista que o AVP, também, se apresenta como conta redutora de contas a receber. A reclassificação para o Ativo Não Circulante impactará, consideravelmente, os índices de liquidez, e as perdas estimadas e o ajuste a valor presente, cujos valores não foram possíveis de serem mensurados, impactarão na demonstração do resultado e nas mutações do patrimônio líquido.
- No ativo circulante, em **Tributos a Recuperar** (nota 6), do saldo apresentado de R\$ 343 mil reais, composto, em sua maior parte, por IRRF s/ Aplic. Financ, R\$ 168 mil reais são provenientes de períodos anteriores, cujo montante não está corrigido pela Selic ao valor de R\$ 21 mil reais do saldo negativo do IRPJ. Desse modo os tributos a recuperar, apresentado no balanço patrimonial, e o resultado líquido do exercício, apresentado na demonstração do resultado do exercício estão subavaliados no mesmo montante. Em 2013 a Companhia, também, parcelou débitos de IPTU junto à prefeitura de Anápolis os quais grande parte são de responsabilidade de entidades estabelecidas no DAIA, cujo montante, até a conclusão deste trabalho não foi possível de mensuração e tão pouco a individualização desses valores a fim de identificar os possíveis créditos que a Companhia tem com essas entidades e o efeito desses sobre as demonstrações contábeis em conjunto.
- De acordo com a nota explicativa 7 os **Estoques de terrenos para revenda somam R\$ 5,24 milhões**, sendo R\$ 791 mil registrados no ativo circulante, e R\$ 4,44 milhões, no ativo não circulante, no entanto esses valores não refletem a real posição de estoque existente uma vez que esses valores não

foram objeto de conciliação com as informações apresentadas pelo departamento de assentamento, responsável por controlar as áreas disponíveis para comercialização. Outro fato que deve ser considerado é que na composição de custo de estoques de terrenos não estão levando em consideração o custo de implantação do distrito (infraestrutura), que estão sendo registrados em contas específicas do ativo imobilizado, no ativo não circulante. Essa forma de mensuração de custo tem como consequência o reconhecimento a menor, nas operações de venda, do custo de terreno vendido. De acordo com a norma brasileira de contabilidade os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor, onde este último é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. De acordo com os CPCs - Comitê de Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade a Companhia deve avaliar, na data de publicação, se qualquer estoque está desvalorizado e sendo o caso registrar uma perda por desvalorização reconhecida imediatamente no resultado (*impairment*). Os documentos e controles apresentados pela Companhia não permitem mensurar, de forma conclusiva, sobre os valores dos ajustes necessários para apresentação adequada destes grupos, e os possíveis efeitos tributários que tais procedimentos poderiam recair à Companhia, inclusive em períodos anteriores, sobre o Balanço Patrimonial, o resultado líquido do exercício registrado na Demonstração do Resultado, e nos fluxos de caixa de atividade operacional registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial, no ativo não circulante, garantias judiciais que somam R\$ 79 mil que não atendem às características de um elemento de ativo, haja vista que não está presente a probabilidade de gerarem benefícios econômicos futuros por meio da liquidação de um passivo ou conversão em disponível, portanto esse elemento de ativo está superavaliado e o resultado do exercício está subavaliado no mesmo montante.
- Conforme apresentado na nota explicativa número 9, a Companhia não aplicou teste de *Impairment*, a fim de identificar se os ativos imobilizados estão mensurados acima de seu valor recuperável, conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000, Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, NBC TG 01 e CPC 01. A ausência dessa análise não nos permite avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àqueles passíveis de recuperação por uso ou venda relativo ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015.
- Com relação à depreciação, na letra "g", da nota explicativa número 3, a Companhia continua a adotar como índices de depreciação os percentuais estabelecidos pela Receita Federal, o que contraria as práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que os itens sejam depreciados de acordo com sua vida útil e somente a parte sujeita à depreciação, ou seja, o valor residual a ser obtido ao final de sua vida útil não poderá ser objeto de depreciação. A ausência de políticas claramente estabelecidas pela Companhia limita a auditoria avaliar os possíveis efeitos que poderiam ocorrer no balanço patrimonial e no resultado do período caso tal prática fosse adotada.
- De acordo com a nota explicativa número 12 e 21, a entidade não realizou provisão de riscos fiscais referente às Impostos Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Territorial Urbano (ITU) incidentes sobre os terrenos dos demais Distritos, exceto Anápolis que já fora objeto de parcelamento. Devido às limitações no escopo dos trabalhos de auditoria, não é possível concluir sobre os efeitos ou possíveis efeitos deste evento sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

Opinião com Ressalva sobre Demonstrações Individuais

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações financeiras individuais encerradas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e na oportunidade emitiram Relatório de Auditoria, datado de 23 de abril de 2015, com opinião modificada com ressalvas quanto aos estoques, ativo imobilizado e débitos tributários de IPTU e ITU.

Goiânia-GO, 19 de abril de 2016.

BRAVO'S Auditores Independentes SS
CRC - GO 1818/O-8
Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC-GO 015750/O-4 | CNAI 3856

Goiânia - GO, 19 de Abril de 2016.

Aos Sócios da

Bravo's Auditores Independentes S/S

A/C: Marcelo Bravo

Carta de Responsabilidade da Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2015.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, apresentar a carta de Responsabilidade da Administração desta Companhia, em um ato de cumprimento das normas de auditoria independente aplicadas no Brasil, conforme NBCT 11. Reconhecemos que a apresentação desta será importante para obtenção de evidências suficientes para fundamentar sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis emitidas pelo Departamento de Contabilidade desta Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Informamos ainda que as informações apresentadas através do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do exercício, da Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixas retratam, em todos os aspectos a posição patrimonial e financeira apuradas em 31 de dezembro de 2015.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras analisadas pelos Senhores apresentam os seguintes valores básicos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Total do Ativo	103.118.288	105.933.456
Total das Exigibilidades	28.066.294	28.787.999
Patrimônio Líquido	75.051.994	77.145.457
Resultado do período	-5.713.168	-6.114.649

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com exceção do ativo imobilizado mantido ao custo, com taxas de depreciação de acordo com os critérios fiscais e estoques, onde não há conciliação com documentação produzida pela área responsável.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como prepostos da CODEGO, confirmamos as seguintes informações aos Senhores durante o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício operacional encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Na qualidade de prepostos da CODEGO, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Financeiras e das notas explicativas apresentadas para a análise dos Senhores.

Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Além disso, colocamos à disposição dos Senhores todos os arquivos magnéticos contábeis e financeiros, bem como atas de reuniões dos Conselhos Fiscais, de Administração e Assembleias.

Confirmamos ainda que:

- As Demonstrações Financeiras e notas explicativas registram as bases de avaliações dos ativos e ajustes destas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir os valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Efetuamos análise das contas a receber remanescentes, e quando houve indicadores que sinalizassem a necessidade de se constituir novas estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa, os valores foram devidamente registrados.
- Em 2015, assim como em exercícios anteriores a companhia não promoveu a conciliação do saldo de estoques de terrenos mantidos para venda controlados pela área responsável, com as informações contábeis apresentadas.
- Em 2015, assim como em exercícios anteriores a companhia não revisou a vida útil dos ativos imobilizados, bem como deixou de fazer o teste de recuperabilidade, como previstos pelas práticas contábeis brasileiras.
- Não existe na Companhia uma política de acompanhamento e/ou levantamento da necessidade ou não de pagamento do IPTU/ITU dos distritos, visto que cada município pode ter uma política de isenção temporária ou permanente, dos tributos, para implantação de parques industriais.
- A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2015 a correção do saldo a receber do cliente Porto Seco Centro Oeste S/A, contabilizando o montante de R\$ 99.574,80 relativo à variação monetária, com contrapartida em receitas financeiras.
- Todas as licenças de outorga para captação de água em mananciais estão em vigor.
- As receitas com venda de terrenos são reconhecidas no momento da assinatura da escritura pública onde é de fato consumada a transferência da posse para a empresa adquirente.
- Não dispõe de conhecimento sobre a existência de embasamento legal que sustente a cobrança de tarifa adicional pela utilização de fontes alternativas de água (poços artesanais).
- Os tributos são calculados seguindo a legislação tributária vigente no Brasil e aplicável a cada tributo. A Companhia não recolhe ISS/ICMS sobre fornecimento de água e tratamento de esgoto, por entender que os mesmos não são devidos.
- Todos os passivos e obrigações, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos encontram-se adequadamente registrados e divulgados.
- Todos os compromissos firmados e informações pertinentes encontram-se adequadamente registrados e divulgados.



- Todos os ativos são de propriedade da CODEGO e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames. Quando da sua existência os ônus e gravames foram divulgados.
- Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando estes saldos disponíveis.
- As contas do ativo e passivo estão adequadamente classificadas, considerando prazos e naturezas.
- Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.
- O sistema contábil e de controle interno adotado pela CODEGO é de responsabilidade da administração e adequado ao tipo de atividade e volume das transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.

Além disso, não temos conhecimento:

- De membros da administração que não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a CODEGO está sujeito. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse;
- De que existam transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas Demonstrações Contábeis e/ou nota explicativa;
- De diretores ou colaboradores que em cargos de responsabilidade ou confiança tenham interesse em sociedades com as quais a CODEGO manteve relações;
- De quaisquer fatos ocorridos desde 01 de janeiro de 2016 que possam afetar as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da CODEGO;
- De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:
 - 1) Ações ou reclamações relevantes contra a CODEGO, que não estejam registradas adequadamente nas Demonstrações Contábeis.
 - 2) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
 - 3) Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos.
 - 4) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.
 - 5) Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, fiscais ou previdenciários.

Por derradeiro confirmamos que:

- A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da CODEGO é adequada à sua necessidade.
- Todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória, foram colocados a sua disposição.
- Todas as instituições financeiras que mantemos operações encontram-se contabilizadas nas Demonstrações Contábeis ou divulgadas em notas explicativas.
- Embora em caráter provisório, os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis aqui reportadas, serão aqueles reproduzidos também nas informações de Diário e Razão Contábil a serem encaminhadas aos órgãos competentes conforme exigências legais.

Não houve:

- Fraude envolvendo administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança.
- Fraude envolvendo terceiros que poderia ter efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.
- Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação das Demonstrações Financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Não temos o conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Financeiras.

Atenciosamente

Júlio César Vaz de Melo
Diretor Presidente
CPF: 167.660.911-34

Raul José dos Santos
Diretor Administrativo
CPF: 679.664.501-78

Cleudson Alves de Souza
CRC-GO 16975/O-9
CPF: 847.636.631-00

Izellan Oliveira da Silva
Diretor Técnico
CPF: 941.949.801-82

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO

Balanco Patrimonial

Levantado: 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

(Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		24.687.792	19.811.558
Caixa e bancos	4	7.975.787	13.989.895
Clientes	5	15.505.726	4.775.140
Tributos a recuperar	6	343.171	170.913
Estoques	7	791.095	837.627
Adiantamento		66.667	31.747
Despesas do Exercício Seguinte		5.346	6.236

NÃO CIRCULANTE		78.430.496	86.121.898
Clientes	5	521.962	944.349
Estoques	7	4.449.344	3.381.520
Convênios a Receber	8	12.199.204	12.199.204
Garantias Judiciais		79.061	1.000,00
Imobilizado	9	61.180.926	69.595.825

TOTAL DO ATIVO 103.118.288 105.933.456

PASSIVO + PL Nota 31/12/2015 31/12/2014

CIRCULANTE		5.267.109	5.826.178
Fornecedores	10	563.004	599.831
Adiantamento de clientes		1.892.259	2.444.706
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.252.905	1.095.582
Obrigações tributárias e fiscais	12	916.335	1.273.439
Outras contas a pagar	14	642.607	412.620

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.799.184	22.961.821
Obrigações tributárias e fiscais	12	504.540	504.540
Contingências passivas	21	491	-
Doações e Subvenções para investimento	15	548.200	548.200
Obrigações com Convênios	13	21.745.953	21.909.081

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.051.994	77.145.457
Capital social integralizado		156.120.648	145.000.000
Reserva de capital		2.648.981	2.648.981
Ado. p/ aumento de capital		-	7.500.942
Reservas Gerais		21.030	21.030
Prejuízos acumulados		-83.738.664	-78.025.496

TOTAL DO PASSIVO + PL 103.118.288 105.933.456

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

(Em reais)

DESCRICOÇÃO Nota 31/12/2015 31/12/2014

RECEITA LÍQUIDA 17 28.835.949 20.554.345

(-) CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS (23.202.807) (22.377.189)

RESULTADO BRUTO 5.633.142 (1.822.844)

(-) DESPESAS DE OPERAÇÕES CONTINUADA (13.205.567) (8.017.468)

(-) Despesas administrativas 18

(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERAÇÕES 19 914.427 2.830.480

RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS (6.657.998) (7.009.831)

(+/-) Resultado financeiro líquido 20 933.077 895.182

RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS 22 11.753 -

(+/-) Venda de veículo 11.753

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (5.713.168) (6.114.649)

Número de ações no final do período 153.829.832 145.521.661

Resultado por ação -0,0371 -0,0420

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

(Em reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro 2013	145.000.000	6.500.942	2.648.981	21.030	(71.910.771)	82.260.182

Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Prejuízo do exercício de 2014	-	-	-	-	(6.114.725)	(6.114.725)

Saldo em 31 de dezembro 2014 145.000.000 7.500.942 2.648.981 21.030 (78.025.496) 77.145.457

Aumento de capital	11.120.648	-	-	-	-	11.120.648
Adiantamento para aumento de capital	-	(7.500.942)	-	-	-	(7.500.942)
Prejuízo do exercício de 2015	-	-	-	-	(5.713.168)	(5.713.168)

Saldo em 31 de dezembro 2015 156.120.648 - 2.648.981 21.030 (83.738.664) 75.051.995

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

(Em reais)

2015 2014

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro (prejuízo) líquido do exercício (5.086.305) (6.114.650)

Ajustes para reconciliar as sobras líquidas ao caixa:

Depreciações 10.853.119 11.467.590

Redução das contingências passivas - -

Receita com subvenção (163.128) (1.273.891)

Decréscimo (acrécimo) em ativos:

Clientes (10.933.862) (1.548.090)

Estoques (1.021.291) (2.100.017)

Tributos a recuperar (172.258) (111.371)

Crédito com Funcionários (34.920) 35.590

Despesas do exercício seguinte 889 1.247

Depósitos Judiciais (78.061) (1.000)

Intangível (1.200) -

(Decréscimo) acréscimo em passivos:

Fornecedores 193.160 182.503

Adiantamento de clientes (552.448) (151.506)

Obrigações trabalhistas e previdenciárias 157.324 219.242

Obrigações tributárias (357.105) (999.753)

Parcelamentos - (21.226)

Contingências Passivas 491 -

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (7.195.593) (415.332)



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamento de imobilizado (2.438.221) (7.320.092)

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos (2.438.221) (7.320.092)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento de Capital
Adiantamento para futuro aumento de capital 3.619.706 1.000.000

Recebimento de convênios Secretaria Indústria e Comércio (SIC) - 5.170.038

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos 3.619.706 6.170.038

AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (6.014.108) (1.565.385)

Caixa e equivalente de caixa no início 13.989.895 15.555.280

Caixa e equivalente de caixa no fim 7.975.787 13.989.895

VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO (6.014.108) (1.565.385)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2015
(Em reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, (a seguir denominada "CODEGO", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Goiás, inscrita no Registro de Empresas de Indústria e Comércio, regida por estatuto próprio, bem como pelas Leis nºs 6.404/76 e 4.728/65 (arts. 45 a 48), e Lei Estadual nº 7.766/73 com alterações introduzidas pela Lei 13.334/98, com sede na Rua 85 nº. 1.593, no Setor Marista, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

A CODEGO tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais, com a geração de renda, novos empregos e preservação do meio ambiente. Além disso, apoiar e executar, no que lhe couber, a política de industrialização de Goiás, adotada pelo Governo do Estado, de modo a projetar e implantar, direta ou indiretamente áreas industriais, agroindustriais, bem como promover a administração das mesmas com todas as condições de infraestrutura e incentivos oferecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

A CODEGO conta com 33 distritos industriais, com quase 550 empresas distribuídas em 30 municípios, que representam todas as regiões do Estado. Entre os distritos industriais sob sua gestão destacam-se: Abadiânia, Anápolis, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Cabeceiras, Caldas Novas, Catalão, Ceres, Goianésia, Goianira, Goiás, Goiânia, Inhumas, Iporá, Itumbiara, Jussara, Luziânia, Mineiros, Morrinhos, Orizona, Paraúna, Piracanjuba, Pontalina, Porangatu, Rio Verde, Rubiataba, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo e Uruaçu; ênfase ao Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) que é considerado um dos maiores da América Latina.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), exceto com relação ao ativo imobilizado e estoque, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 9 respectivamente. A Companhia não apurou em 2014 e 2015 quaisquer resultados abrangentes, portanto, não elaborou a Demonstração dos Resultados Abrangentes - DRA para os referidos anos.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de terrenos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(a.i) Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são consideradas a principal forma de receita desta Companhia e são reconhecidas pelo regime de competência, através da medição mensal do consumo de água e da coleta de esgoto realizadas nas empresas "clientes" sediadas nos distritos controlados pela CODEGO.

(a.ii) Venda de imóveis

As receitas de vendas de imóveis são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador, através da escritura pública lavrada em nome do comprador.

(a.iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida "pro rata die" com base na taxa de juros efetiva do mês referente ao lançamento.

b) Caixa e bancos

As contas "Caixa e bancos" incluem a conta caixa, contas bancárias e contas de investimentos de curto prazo com liquidez imediata com vencimento original de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas de fato, pelo acréscimo de juros auferidos no mês.

c) Clientes

As contas de clientes são compostas de valores a receber pela venda de terrenos e pela prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Se o prazo de recebimento for equivalente a menos de 12 meses, as contas são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são classificadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Conforme ajustado no contrato de compra e venda existe uma conta que sofre atualização monetária, através do índice de IGPM cujo valor a receber está corrigido até a data do balanço findo em 2015.

d) Estoque

O estoque de imóveis a comercializar está demonstrado ao custo. O valor do custo do estoque incluem todos os custos de aquisição, de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O saldo contábil dos estoques de imóveis a comercializar não teve, ainda, sua conciliação concretizada com os registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, conforme descrito na nota explicativa nº. 7.

e) Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são apresentados pelo valor da realização, tendo sido corrigido até 31 de dezembro de cada ano, conforme previsão da legislação de cada tributo.

f) Convênios a receber

A Companhia registrou os valores a receber da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, referente aos contratos 05/2013 e 06/2013, que visam investimentos e despesas a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

g) Imobilizado

A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação, subsequentemente deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº. 9. O saldo imobilizado em andamento refere-se a instalações elétricas, instalações de água, esgoto e aplicação asfáltica em alguns terrenos.

h) fornecedores

As contas de fornecedores são referentes a obrigações "a pagar" por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal do exercício, sendo classificadas como passivo circulante, devido aos prazos de realização ser inferior a 12 (doze) meses. Estão reconhecidas pelo valor nominal.

i) Obrigações com convênios

A Companhia mantém os convênios 05/2013 e 06/2013, firmados com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, os quais implicam em investimentos a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme descrito na nota explicativa nº 13. As receitas relativas aos convênios são reconhecidas proporcionalmente, à medida que, as despesas são incorridas.

j) Provisão

A provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não, formalizada como consequência de um evento passado e tornam-se provável que sejam exigidos recursos para liquidação dessas obrigações. As provisões para riscos tributários e cíveis são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, quando aplicáveis.

k) Adiantamentos de clientes

Os valores recebidos de clientes pela venda de terrenos dos distritos industriais são mantidos na rubrica adiantamentos de clientes (comercialização de terrenos), até que todas as condições exigidas no regulamento para venda e cessão de terrenos industriais da Companhia tenham sido atendidas. Tão logo se materializa a escritura do imóvel ao comprador, entende-se que os riscos e benefícios foram transferidos da Companhia para os compradores e, neste caso, reconhece-se a receita correspondente.

l) Contas a pagar

O saldo da conta "Contratos Cancelados/ Devolução" está representado, por valores adiantados pelos clientes para a compra de áreas com finalidade a instalação de industriais, mas que optaram em cancelar o contrato celebrado com a CODEGO. Portanto, o saldo representa o montante a devolver a esses antigos clientes.

m) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço da Companhia quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

n) Tributação

(n.i) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%. A Companhia aproveita créditos tributários obedecendo às mesmas alíquotas sobre aquisições de: insumos utilizados no tratamento de água, energia elétrica, alugueis pagos a pessoas jurídicas e aquisição de bens do imobilizado utilizados na produção bens para venda e na prestação dos serviços.

As receitas financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) 4%.

(n.ii) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Não houve apuração desses tributos nos últimos dois anos, assim como não foi registrado nenhum tributo diferido de prejuízo, porque as condições previstas para o reconhecimento não são satisfeitas. Não houve diferenças temporárias.

o) Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, pela administração da Companhia, o uso de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas incluem: depreciação, perda estimada com clientes, provisão de risco em processos onde a Companhia é parte interessada.

p) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a Companhia em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos; nesse caso são reconhecidas como um passivo. A Companhia mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

4- CAIXAS E BANCOS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Caixa:	-	-
Caixa fundo fixo	-	-
Bancos conta movimento:	55.741	(972)
Itaú privatizações	55.591,68	415,00
Itaú caução	-	10,00
Itaú conta salário	-	10,00
Itaú SA	-	17
(-) Cheques a compensar	-	(1.424)
CEF - C/C 105-2	50,00	-
CEF - CAUÇÃO C/C 106-0	24,70	-
CEF- REC. TESOURO C/C 108-7	25	-
CEF C/C 107-9	50,00	-
Bancos conta convênio:	-	(227.922)
CEF-Convênio C/C 1972-1	-	32
(-) Cheques a compensar	-	(227.954)



Bancos aplicações financeiras	7.842.606	13.643.952
Itaú aplicações (a)	7.842.606	13.643.952
Bancos aplicações financeiras / poupança - convênio	77.440	574.837
CEF-Convênio aplicação 1972-1	-	5.012
CEF-Convênio poupança 1972-1	46.346	540.488
CEF-Convênio poupança 1973-0	31.095	29.337
TOTAL	7.975.787	13.989.895

5- CLIENTES

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:	15.505.725	4.775.140
Clientes:		
Porto Seco Centro Oeste S/A	521.962	472.174
Saneago - Saneamento de Goiás	11.669.569	3.244.947
Agência Goiana do Sistema de Execução	1.196.528	311.598
Brainfarma Ind. Com. Quim. Farmaceutica S/A	164.329	122.326
Outros clientes	2.714.155	659.675
(-) Provisão para perdas	(760.818)	(35.580)
Não circulante:	521.962	944.349
Porto Seco Centro Oeste S/A	521.962	944.349
TOTAL	16.027.687	5.719.489

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	4.471.561	2.663.337
Vencidos até 30 dias	1.422.562	764.734
Vencidos de 31 a 60 dias	1.229.037	817.901
Vencidos de 61 a 90 dias	1.156.790	373.821
Vencidos de 91 a 180 dias	3.055.259	98.849
Vencidos de 181 a 360 dias	4.170.416	56.498
Vencidos a mais de 360 dias	760.918	35.580
(-) Provisão para perdas	(760.818)	(35.580)
TOTAL	15.505.726	4.775.140

6- TRIBUTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Tributos a recuperar:		
IRRF de aplicações financeiras	338.369	168.973
Retenção impostos p/ INMETRO	4.802	1.941
TOTAL	343.171	170.913

7- ESTOQUE

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:	791.095	837.627
Terrenos:		
Uruaçu	11.402	11.402
Goiatuba	293.800	293.800

9- IMOBILIZADO

Descrição	Terrenos	Benfeitorias	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Sist. de abast. água e esgoto	Equip. de informática	Obras em andamento	Total do ativo imobilizado
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.711.691	76.046.372	11.794.159	165.773	296.519	1.868.236	37.657.381	201.819	9.175.159	138.917.109
Adições 2014	-	-	-	179.500	18.790	83.002	95.153	106.718	6.822.985	7.306.148
Baixas 2014	-	-	-	(44.875)	-	-	-	-	-	(44.875)
Transferências 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.711.691	76.046.372	11.794.159	300.398	315.309	1.951.238	37.752.534	308.537	15.998.144	146.178.382
Adições 2015	-	-	-	107.500	52.383	254.400	19.267	113.135	2.008.436	2.555.121
Baixas 2015	-	-	-	(116.900)	-	-	-	-	-	(116.900)
Transferências 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.711.691	76.046.372	11.794.159	290.998	367.692	2.205.638	37.771.801	421.672	18.006.580	148.616.603
Depreciação:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(36.331.810)	(5.472.238)	(54.718)	(203.821)	(854.283)	(22.080.390)	(117.707)	-	(65.114.967)
Adições 2014	-	(7.537.138)	(459.746)	(36.095)	(15.019)	(150.677)	(3.230.221)	(40.190)	-	(11.469.085)
Baixas 2014	-	-	-	1.496	-	-	-	-	-	1.496
Transferências 2014	-	-	-	-	14	-	-	(14)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(43.868.948)	(5.931.984)	(89.317)	(218.826)	(1.004.960)	(25.310.611)	(157.911)	-	(76.582.557)
Adições 2015	-	(7.078.090)	(494.319)	(52.097)	(15.283)	(166.723)	(3.051.154)	(50.007)	-	-
Baixas 2015	-	-	-	54.553	-	-	-	-	-	-
Transferências 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(50.947.038)	(6.426.303)	(86.860)	(234.109)	(1.171.683)	(28.361.765)	(207.918)	-	(87.435.676)
Imobilizado Líquido:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.711.691	25.099.334	5.367.856	204.138	133.583	1.033.955	9.410.035	213.754	18.006.580	61.180.927
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.711.691	32.177.424	5.862.175	211.081	96.483	946.278	12.441.923	156.626	15.998.144	69.595.826
Taxas de depreciação anual:										
2014	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	
2015	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	

A Companhia, ainda, não procedeu com a revisão da vida útil dos bens que integram seu acervo patrimonial, não efetuou teste de recuperabilidade para a verificação da existência de perdas por desvalorização e não atribuiu custos aos ativos com valor de mercado superior ao valor registrado, para aqueles que apresentam diferenças relevantes entre o custo de aquisição e o valor de uso/venda (embora seja facultativo), de modo que os mesmos estão apresentados com o custo histórico como base de valor e com as depreciações calculadas de acordo com os critérios fiscais (IN SRF nº 162/98 e alterada pela IN SRF nº 130/99, determinadas pela Receita Federal do Brasil). Esse trabalho de conciliação completa dos ativos fixos conforme Resolução CFC Nº. 1.177/09, ainda não foi realizado por questão de custo e mudança da Diretoria da Companhia, devendo ser retomadas as medidas para contração, o mais breve possível.

10- FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores:	488.064	499.447
CELG Distribuição S/A	352.467	273.753
Polcard Systems e Serviços S/A	-	110.609
Outros fornecedores	135.596	115.085
Retenções de fornecedores:	74.940	100.383
Rod Edif e Const Civil Ltda.	23.754	23.754
Sedesp Serv. Desm. e Pat. Ltda.	15.919	15.919
Etica Construtora Ltda.	7.732	7.732
Newenge Engenharia Ltda.	-	28.060
Conpar Construtora Paranaíba Ltda.	-	23.585
Outros	27.535	1.333
TOTAL	563.004	599.830

(a) As retenções de fornecedores referem-se a valores previstos em contratos de prestação de serviços de obras, os quais serão repassados aos prestadores na data de finalização dos serviços

São Miguel do Araguaia	18.000	18.000
Pontalina	13.151	13.151
Rubiataba	1.356	1.356
Senador Canedo	4.014	2.220
Porangatu	26.721	26.721
Morrinhos	35.560	39.447
Jussara	52.500	52.500
Goias	44.429	44.429
Bela Vista	4.041	13.011
Caldas Novas	14.033	14.033
Ceres	40.000	40.000
Rio Verde II	7.988	7.987
Itumbiara - Diagri	53.570	71.678
Rio Verde I	58.068	70.641
Anápolis - DAIA	112.461	117.251

Não circulante:	4.449.344	3.381.521
Pirenópolis	530.000	530.000
Petrolina	684.183	684.183
Piracanjuba	725.873	714.347
São Luiz de Montes Belos	432.379	430.195
Padre Bernardo	454.787	454.788
Paraúna	304.707	304.707
Críças	47.476	6.976
Silvânia	296.825	256.325
Rialma	764.229	-
Goianira	208.884	-
TOTAL	5.240.439	4.219.148

A Companhia ainda não atendeu as disposições da Resolução CFC nº 1.170/09, modificada pela Resolução CFC nº 1.273/10, de estoques, uma vez que não realizou a conciliação final dos registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, com os apontamentos mantidos nos relatórios da contabilidade, e espera-se realizá-los em breve. Parte dos estoques foi transferida para o ativo não circulante, pois a administração somente irá comercializá-la a partir de 2017, após realizar as adequações necessárias para que as áreas possam receber investimento de empresas externas na exploração de atividades econômica.

8- CONVÊNIO A RECEBER

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Convênios a Receber		
Convênio nº 05	4.071.261	4.071.261
Convênio nº 06	8.127.943	8.127.943
TOTAL	12.199.204	12.199.204

(a) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, onde o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863. Do montante repactuado, a Companhia registrou em seu ativo, um recebimento de R\$ 5.170.038 em 2014. Conforme 1º Termo aditivo ao contrato original, o saldo a receber de R\$ 4.071.261, é composto pelas parcelas 6, 7 e 8 e o recebimento de cada parcela está condicionado a prestação de contas da última parcela recebida.

(b) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Do montante pactuado a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$ 10.531.595, dos quais já foram recebidos R\$ 2.403.652. Conforme contrato original o saldo a receber de R\$ 8.127.943, é composto pelas parcelas de 4 a 12 e o recebimento de cada parcela está condicionado a prestação de contas da penúltima parcela recebida.

11- OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos:		
Fundo de previdência a recolher	21.364	24.353
IPASGO a recolher	12.711	14.151
FGTS a recolher	70.453	58.737
INSS a recolher	246.341	208.408
Contribuição sindical a recolher	45	-
Provisão de férias	651.733	592.867
INSS provisão de férias	195.740	153.610
FGTS provisão de férias	54.518	43.456
TOTAL	1.252.905	1.095.582

12- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:	916.335	1.273.440
Tributos retidos:	916.335	1.273.440
IRRF s/ salários	95.300	62.423
IRRF de pessoa jurídica	884	4.253
PIS/COFINS/CSLL	2.863	13.186
ISSQN	5.229	11.095
PIS a pagar	31.283	8.236
COFINS a pagar	144.107	39.153
INSS Retido IN 971	471	3.908
ITU/ IPTU	636.198	1.131.186



Não circulante:	504.540	504.540
ITU/IPTU	504.540	504.540
TOTAL	1.420.875	1.777.980

(a) Em 2013 a CODEGO efetuou parcelamento relativo ao IPTU/ITU dos terrenos do Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, lançados pela Prefeitura Municipal de Anápolis relativamente às competências de 1990 a 2012. No entanto, não foi possível efetuar levantamento relativo aos mesmos tributos incidentes sobre os terrenos dos demais Distritos.

13- OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Convênios a Receber		
Convênio nº 05	11.184.095	11.348.319
Convênio nº 06	10.561.858	10.560.762
TOTAL	21.745.953	21.909.081

(a) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, no qual o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863. Em 2014, a Companhia reconheceu como receita de subvenção no resultado do exercício o montante de R\$ 1.328.891.

(b) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), de sorte que a Companhia tem como obrigação a prestação de serviços para o convênio, conforme termos pactuados.

14 - CONTAS A PAGAR

A Companhia reclassificou em 2015 o montante de R\$ 229.986, do grupo de adiantamento de clientes, para o grupo de contas a pagar. Este saldo refere-se a recebimentos antecipados pela venda de terrenos, cujos contratos foram cancelados, podendo, conforme o caso, serem devolvidos aos antigos clientes.

15 - DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia registrou na rubrica doações e subvenções para investimento, no passivo não circulante, valores relativos ao recebimento, em doação, de áreas para futura implantação de distritos e polos industriais nas cidades de Crixás, Paraúna e Silvânia. O saldo será mantido no passivo até que sejam atendidas as condições para o reconhecimento da subvenção, conforme Resolução CFC Nº. 1.305/10.

16 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

A Companhia possui capital autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000, bem como capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 156.120.648 o qual está dividido em 153.829.832 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Abaixo, segue boletim de composição do capital em ações:

ACIONISTAS	31/12/2015	AUMENTO	31/12/2014
Goiasinvest	5.471.850	-	5.471.850
Estado de Goiás	148.344.770	8.308.171	140.036.599
Banco do estado de Goiás - Beg	6.411	-	6.411
Prodago	343	-	343
Caixego	47	-	47
Metago	47	-	47
Saneago	6.364	-	6.364
TOTAL	153.829.832	8.308.171	145.521.661

17- RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS

Natureza	Fornecimento de Água		Coleta de Esgoto		Coleta de Esgoto II		Venda de Terreno		Porto Seco		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Anápolis	16.013.539	13.637.687	5.509.530	3.781.467	129.527	95.451	4.065.224	2.217.015	-	-	25.717.820	19.731.820
Catalão	233.142	158.039	469.109	374.229	-	-	86.924	70.722	-	-	769.175	602.989
Goiânia	131.128	75.987	114.610	67.080	-	-	7.999	56.577	-	-	253.738	199.643
Aparecida	2.059.545	1.210.046	-	-	-	-	-	-	-	-	2.059.545	1.210.046
Senador Canedo	538.394	-	-	313.894	-	-	5.271	17.980	-	-	543.665	331.874
Itumbiara	1.598.947	-	553.851	-	-	-	90.207	80.752	-	-	2.243.005	80.752
Goiânia	20.698	8.339	-	-	-	-	25.708	52.768	-	-	46.406	81.106
Mineiros	-	-	-	-	-	-	35.738	174.249	-	-	35.738	174.249
Luziânia	20.145	-	-	-	-	-	138.644	89.416	-	-	158.789	89.416
Uruaçu	41.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.221	-
Rio Verde - I	-	-	-	-	-	-	27.257	150.842	-	-	27.257	150.842
Inhumas	-	-	-	-	-	-	-	5.910	-	-	5.910	-
Morrinhos	-	-	-	-	-	-	30.912	49.914	-	-	30.912	49.914
Bela Vista	-	-	-	-	-	-	22.130	-	-	-	22.130	-
Porangatu	-	-	-	-	-	-	4.061	10.192	-	-	4.061	10.192
Abadiânia	-	-	-	-	-	-	-	19.875	-	-	19.875	-
Mineiros II	-	-	-	-	-	-	8.544	-	-	-	8.544	-
Receita Bruta	20.656.759	15.090.096	6.647.100	4.536.669	129.527	95.451	4.528.619	2.996.010	-	-	31.962.005	22.718.227
(-) PIS	340.837	248.987	109.677	74.855	2.137	1.575	74.722	49.434	7.791	7.561	535.164	382.412
(-) Collins	1.569.914	1.146.847	505.180	344.787	9.844	7.254	344.175	227.697	35.885	34.828	2.464.988	1.761.413
(-) Devoluções	81.197	-	-	-	-	-	44.697	20.052	-	-	125.894	20.052
Receita Líquida	18.664.811	13.694.262	6.032.243	4.117.027	117.546	86.622	4.065.025	2.698.827	-43.676	-42.389	28.835.949	20.554.350

18- DESPESAS ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Goiânia - Sede	9.825.413	9.688.951
Anápolis - Daia	1.582.503	1.402.377
Catalão - Dimic	228.481	149.526
Goiânia	221.295	157.648
Aparecida - Daiag	338.975	305.098
Senador Canedo	187.438	116.940
Uruaçu	147.283	132.300
Goiânia	61.159	17.107
Itumbiara - Diagri	447.294	-
TOTAL	13.039.841	11.969.947

19 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Receitas diversas	588.814	140.807
Subvenção estadual	168.657	1.328.891
Interviniência e benfeitorias	793.710	1.220.306
Reversão de Provisões	19.940	91.153
Aluguel de Terreno	62.043	76.907
Aluguel de Galpão	6.500	6.500
Estimativas de perdas	(725.238)	(35.580)
TOTAL	914.427	2.830.480

20 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS FINANCEIRAS	985.479	959.325
Juros recebidos	22.121	17.695
Descontos obtidos	2.633	22
Recuperação de despesas	7.179	11.229
Rendimento aplicação financeira	853.941	883.783
Receita com atualização	99.606	46.596
DESPESAS FINANCEIRAS	-52.403	-64.143
Juros e encargos	-2.428	-1.497
Despesas bancárias	-14.803	-13.343
Descontos concedidos	-22	-46
Multas	-3.372	-
Multas não dedutíveis	-4.348	-26.851
Atualização monetária	-	-8.900
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-27.430	-13.506
TOTAL	933.077	895.182

21 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos ao final de cada exercício.

O demonstrativo na data base de 31 de dezembro de 2015 contendo os riscos contingentes, para as quais não há provisão constituída, conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

PROCESSO	PARTE	NATUREZA DA AÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	CIDADE	RISCO
201104268587	Restaurante Sol Nascente Ltda.	Manutenção de posse	1.000	Anápolis	Possível
200900920750	Alcídes José da Silva	Manutenção de posse	5.000	Anápolis	Possível
201401726334	Eva Fernandes Santos	Manutenção de posse	300.000	Anápolis	Possível
201301739779	Ministério Público do Estado de Goiás	Ação civil pública C/C Ação de Improbidade Administrativa	1.000.000	Anápolis	Possível
201401061049	Ministério Público do Estado de Goiás	Ação civil pública C/C Ação de Improbidade Administrativa	9.787.088	Anápolis	Possível
200500736710	Município de Anápolis	Execução Penal	1.139.376	Anápolis	Possível
200905009490	Fazenda Pública do Município de Catalão	Execução Penal	27.796	Catalão	Possível
TOTAL			12.260.260		

22- OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014
Despesas na venda de veículo (Sede)	-62.347	-
Receitas de Venda de Veículo (Sede)	74.100	-
TOTAL	11.753	0

23 - PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como parte relacionada a Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, porque esta é sócia da Companhia em 0,0044%. Além disso, ambas são controladas pelo Estado de Goiás. A Companhia fornece água tratada à SANEAGO, mas em condições diferentes do mercado, pois além da tarifa praticada ser 22,5% a menor, o prazo para recebimento é estendido em relação aquele concedido aos demais clientes, conforme contrato nº 318 emitido pela SANEAGO em 06/03/2014, com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses. Destaca-se ainda que, a SANEAGO é o principal cliente da Companhia.

Júlio Cezar Vaz de Melo
Diretor Presidente
CPF: 167.660.911-34

Cledson Alves de Souza
CRC-GO 016975/O-9
CPF: 847.636.631-00

Iquego

AVISO DE LICITAÇÃO

A INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que realizará a seguinte licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Estadual nº. 17.928/12, Decretos Estaduais nº. 7.466/11 e 7.468/11, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Federal nº. 5.540/05.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2016
PROCESSO Nº. 708/2016**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLUNAS CROMATOGRÁFICAS PARA HPLC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. - IQUEGO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
DATA: 02/06/2016
HORÁRIO: 09:30 horas - Horário de Brasília

O edital e seus anexos poderão ser obtidos, junto à Comissão Permanente de Licitação da IQUEGO, à Avenida Anhanguera, nº. 9.827 - Bairro Ipiranga, Goiânia - Go, no site www.comprasnet.go.gov.br ou www.iquego.go.gov.br Outras informações pelo fone: 3235-2900 - ramal: 80.

Goiânia, 26 de abril de 2016

Luciane Rodrigues Dutra
Pregoeira/Presidente CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A DIRETORA PRESIDENTE DA INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. - IQUEGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, atendendo ao que dispõe o Art. 26 da Lei nº. 8.666/93, e com fulcro no inc. VII do art. 24 da mesma Lei, RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO, para contratação direta da empresa **LABVISION INSTRUMENTS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ nº. 19.623.162/0001-04, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, QUALIFICAÇÃO DE PERFORMANCE, CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE/DESENVOLVIMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO, no valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme proposta às fls.196/197, Despacho nº 180/2016 da Assessoria de Licitação e Despacho nº. 105/2016, da Assessoria Jurídica, constantes do Processo nº 3435/2015.

As despesas decorrentes da presente Dispensa de Licitação, correrão por conta dos recursos provenientes da venda de medicamentos para o Ministério da Saúde e da venda paralela de medicamentos.

Publique-se

GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. - IQUEGO, aos dezoito dias do mês de abril de 2016.

Andréa Aurora Guedes Vaz
Diretora/Presidente

Metrobus

ERRATA

Pregão Eletrônico nº 004/16

A Metrobus Transporte Coletivo S/A, tendo em vista o que consta do Edital de Pregão Eletrônico de nº 004/16, publicado em 18 de abril de 2016, no Diário Oficial do Estado e no Jornal O Popular, relativamente ao Processo nº 2016000192, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de Baterias e Acessórios para Bateria, a serem utilizadas em toda a frota de veículos da Metrobus, tais como ônibus e veículos de apoio, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, comunica que:

NO SUBITEM 6.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE SE LÊ:

• O prazo para a entrega dos objetos, serão de até 02 (dois) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela Gerência de Suprimentos da Metrobus, que poderá ser feita por fax símile ou correio eletrônico;

LEIA SE:

• O prazo para a entrega dos objetos, serão de até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, emitida pela Gerência de Suprimentos da Metrobus, que poderá ser feita por fax símile ou correio eletrônico;

Fica mantida a data de 03/05/2016, às 09:00h, para a realização do certame.

Goiânia, 26 de abril de 2016.

Ofício Lopes Vila Verde
Presidente da CPL